

Na Política Europeia não há Lugar para Hegemonias!

Patrícia Daehnhardt

Universidade Lusíada

A lógica fundacional do projecto europeu foi a rejeição de hegemonias políticas, através da afirmação de especificidades nacionais enquadradas numa comunidade integrativa europeia. A política europeia para alcançar a legitimidade interna (e mesmo externa) que a maioria a acusa de não ter, deve continuar a evitar a formação de tentativas hegemónicas e desenvolver uma política modulada, estruturada e multidimensional. Só se a União Europeia rejeitar a lógica de formação de hegemonias internas terá a hipótese de se afirmar, com credibilidade e persistência no palco internacional.

Logo, isto implica aceitar a multiplicidade de camadas identitárias que se referem, simultaneamente, a valores europeus, nacionais e regionais. O mesmo aplica-se a políticas internas da UE, praticadas apenas por alguns países membros, e que se verificam, na prática, por exemplo, no espaço Schengen, e na adopção de uma moeda única. No plano internacional, esta política de vários módulos também ganha contornos mais visíveis: como actor internacional que a UE ambiciona ser terá de consolidar-se contra projectos hegemónicos dos seus Estados membros.

Como afirmou recentemente Jean Claude Juncker, primeiro ministro do Luxemburgo e um europeísta convicto: nunca a UE obteve tantos avanços em tão pouco tempo; nos últimos 17 anos, a unificação alemã foi integrada num contexto de europeização, alcançou-se a União Económica e Monetária, e ampliou-se a reconciliação europeia através do alargamento sem precedentes, seis décadas apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Estes pequenos grandes avanços promoveram a PESC, cujo papel é assegurar uma ambição estratégica comunitária e evitar tentações hegemónicas dos grandes Estados membros.

Dois casos ilustram bem como é que a União Europeia tem a ganhar como actor internacional se rejeitar a lógica de formação de hegemonias internas. O primeiro refere-se ao Iraque. Uma das consequências da crise transatlântica sobre o Iraque foi a crise europeia, onde um grupo de estados membros rejeitou claramente uma tentativa de co-hegemonia franco-alemã quanto à oposição aos Estados Unidos. O segundo caso refere-se ao Irão. O problema nuclear iraniano juntou a Alemanha, a França e o Reino Unido (UE-3), que, em concertação, iniciaram conversações com o regime de Teerão para que este desista do seu projecto nuclear militar, e levaram a administração Bush, inicialmente não oposita à opção militar, a suavizar a sua posição face a Teerão, e a afastar, a curto prazo, a opção militar imediata. No caso do Iraque, ambições hegemónicas paralisaram uma política externa europeia em construção; no caso do Irão, a iniciativa da UE-3 constitui mais um passo no avanço da mesma.

Em termos políticos, argumentar contra hegemonias internas não equivale a argumentar contra iniciativas intergovernamentais. Por outro lado, a geometria variável meramente implica que Estados membros deleguem liderança a um grupo [reduzido] de Estados para actuarem sobre determinado assunto. Isto não tem que ser prejudicial à eficácia institucional e ao desenvolvimento da PESC e PESD, mas pressupõe que os restantes Estados membros aceitem esta nova legitimidade e que as potências europeias não deixem de prosseguir uma política anti-hegemónica em benefício da UE no seu conjunto.

Articular estes dois níveis, o comunitário e o intergovernamental de forma interdependente, e manter ao mesmo tempo a legitimidade de ambas as abordagens poderá ser a forma mais pragmática de projectar gradualmente os valores, objectivos e políticas da União para o palco internacional. Isto sugere que poderemos observar, no futuro, a combinação de iniciativas europeias, a nível da PESC e PESD, com iniciativas levadas a cabo por alguns Estados membros apenas. Mas ambas as hipóteses excluem, em teoria pelo menos, a formação de hegemonias europeias.

Por último, se a lógica da construção europeia é tradicionalmente contrária à formação de hegemonias, e contra-hegemonias, deduz-se que a ascensão da União Europeia a actor internacional relevante pode ser feita, no seio da comunidade euro-atlântica, em conjunto com os Estados Unidos, e não através de uma suposta afirmação contra-hegemónica da UE. A presidência portuguesa da UE do segundo semestre de 2007 está bem posicionada para contribuir para uma melhor aceitação junto dos cidadãos europeus desta interdependência entre as referidas geometrias: Portugal não é um dos grandes Estados, mas mantém relações próximas com todos eles; tornou-se um país europeísta e posicionou-se nesse sentido desde a sua adesão em 1986; não pôs de parte a sua vocação atlanticista, promovendo a parceria europeia com os Estados Unidos. E está convicto de que garantir os valores e os objectivos da União passa não por tentações hegemónicas, mas por uma concertação dos interesses e identidades de todas as partes envolvidas.